

RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADO 2020

30 milhões de investimento • **Requalificação da Rua de Goim – Romariz** • **Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge** • **Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos** • **Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos** • **Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão** • **Requalificação Rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães** • **Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação Urbana – Paços de Brandão** • **Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos** • **Requalificação Urbana da Área Central de Fiães** • **Requalificação Urbana da Área Central de Lourosa** • **Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão** • **Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras** • **Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros** • **Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver** • **Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana** • **Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão** • **Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana** • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **100 empreitadas** • **Requalificação da Rua de Goim – Romariz** • **Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge** • **Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos** • **Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos** • **Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão** • **Requalificação Rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães** • **Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação Urbana – Paços de Brandão** • **Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos** • **Requalificação Urbana da Área Central de Fiães** • **Requalificação Urbana da Área Central de Lourosa** • **Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão** • **Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras** • **Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros** • **Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver** • **Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana** • **Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas** • **Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão** • **Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana** • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **Repavimentação da Rede Viária** • **Requalificação da**



Índice

I. Introdução	4
Perímetro de Consolidação	6
Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação	9
II. Análise Económica e Financeira	10
Balanço Consolidado	10
Ativo	14
Passivo	18
Passivo Não Corrente	19
Passivo Corrente	20
III. Demonstração de Resultados Consolidados	24
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras	25

Índice Quadros

Quadro 1 – Balanço Consolidado	11
Quadro 2 – Ativo Líquido Grupo Municipal	14
Quadro 3 - Estrutura do Passivo	18
Quadro 4 – Passivo Não Corrente	19
Quadro 5 – Passivo Corrente	20
Quadro 6 - Dívida Grupo	22
Quadro 7 – Dívida não corrente	23
Quadro 8 – Dívida Corrente	23
Quadro 9 - Demonstração de Resultados Consolidados	24



Índice Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura do Balanço	13
Gráfico 2 – Estrutura do Ativo	15
Gráfico 3 – Ativo Não Corrente	15
Gráfico 4 – Ativo Corrente	16
Gráfico 5 - Peso do Património Líquido	17
Gráfico 6 - Estrutura do Passivo	18
Gráfico 7 - Peso do Passivo	19
Gráfico 8 – Composição do Passivo Não corrente	20
Gráfico 9 - Componente do Passivo Corrente	21
Gráfico 10 - Estrutura da Dívida.....	22

I. Introdução

No âmbito da descentralização das atribuições e competências afetas aos municípios, efetuar uma análise às contas apenas numa perspetiva individual, torna-se redutor, inviabilizando e condicionando uma análise da real situação financeira do Município.

Em consequência de tais constrangimentos ao nível do relato financeiro, surge a necessidade de efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas no Município, onde se inclui, indubitavelmente, o setor empresarial local, objetivando a transparência e o rigor de informação. Neste contexto, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa, por ser uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse, sendo elaboradas as respetivas demonstrações financeiras, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma efetuar a análise e a avaliação das políticas públicas locais.

De acordo com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, por “entidades mãe” ou “entidades consolidantes”.

De acordo com o estipulado no artigo 75.º, n.º 3, do referido diploma, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (artigo 75.º, n.º 6).

Desta forma, apresentam-se as contas consolidadas do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, relativamente ao ano económico de 2020, que devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da RFALEI, pela Câmara Municipal e alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Santa Maria da Feira foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n. 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública.

Tal como referido nas contas individuais, a implementação deste novo modelo implicou um processo de transição árduo e, face à complexidade do processo de transição, quer ao nível da contabilidade financeira, quer orçamental, quer ainda da contabilidade de gestão, revelou-se impraticável medir de forma rigorosa e integral todos os efeitos decorrentes dos ajustamentos de transição e, bem assim, efetivar em pleno a adoção do novo referencial contabilístico no presente exercício. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio orientador uma situação financeira robusta, como se comprova nos rácios financeiros, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.

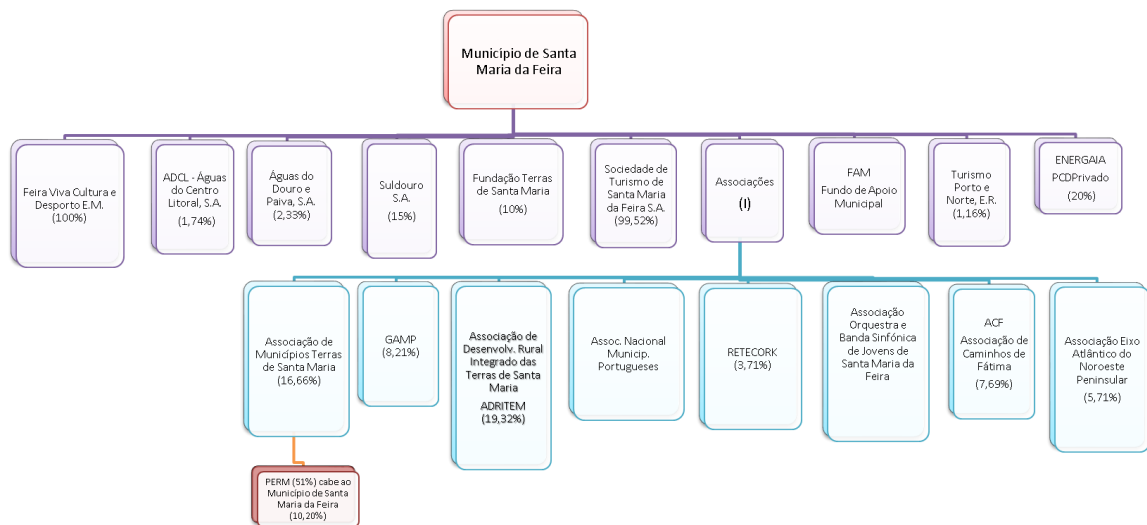
O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- Primeira parte, é realizada uma apreciação acerca do perímetro de consolidação do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira e caracterização das respetivas entidades;
- Segunda parte, é efetuada uma análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidada, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal;
- Terceira parte, é composta pelos anexos às demonstrações financeiras consolidadas, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Por último, junta-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.

Perímetro de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira era composto de acordo com o seguinte organograma.



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, nomeadamente no artigo 75.º n.º 3, define uma ampliação do grupo municipal consolidante, em que a consolidação deverá ser realizada com as entidades detidas ou participadas, quer de forma direta ou indireta.

Ora, decorre do exposto, que deixam de ser apenas as entidades detidas a 100% pelo Município que consolidam, abrangendo outras entidades, caso se aplique o preceituado no n.º 4 do mesmo artigo.

No que concerne ao perímetro de consolidação, não se pode confundir ou pretender que seja idêntico ao perímetro das entidades que relevam para a dívida total dos municípios.

Deste modo:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município;

- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (cf. art.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (cf. art.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e artes. 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31/ago);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (cf. art.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) é sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (cf. art.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31/ago) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades a que aludimos (pois, neste caso, não é suscetível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar:

- a) Por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outras entidades, pela verificação dos pressupostos previstos no art.º 75º, n.ºs 4 e 5, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Por outro lado, se se trata das entidades especificamente elencadas no art.º 75º, n.º 6, do RFALEI, relativamente às quais o pressuposto indicado no parágrafo anterior é irrelevante, pois, como já referimos, as entidades previstas na referida norma são sempre consolidadas (ainda que, atendendo ao disposto no art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, conjugado com o ponto 6.5. da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, eventualmente com métodos de consolidação diferenciados).

Nos termos do art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, apenas “Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos (...) definidos para as entidades do setor público administrativo “(ou seja, os previstos na Portaria e Orientação) é que são aplicáveis à consolidação de contas dos municípios, entidades intermunicipais e associativas municipais.

O Perímetro de Consolidação do Município de Santa Maria da Feira no que se refere às demonstrações financeiras, sofreu em 2020 uma alteração, pela integração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira nas contas consolidadas. O processo de transformação da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira em E.M., apenas é formalizado a fevereiro de 2021, porém, a alteração à estrutura dos capitais próprios ocorre antes de 31/12/2020, colocando o Município com 99,52% do seu capital social, pelo que, esta entidade passou a estar incluída no perímetro de consolidação pelo método integral.

Apesar da reestruturação do capital desta entidade ter ocorrido apenas no final de 2020, considera-se que todas as eventuais obrigações/responsabilidades subjacentes ao exercício de 2020 são da esfera do Município, motivo pelo qual foi incorporada no processo de consolidação (para além do balanço, naturalmente) a demonstração dos resultados da referida entidade, relativa a todo o ano 2020, sendo depois anuladas as transações ocorridas com as outras entidades do perímetro.

Integram também o perímetro, à semelhança de exercícios anteriores, a empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., detida a 100%, pelo método integral, e a empresa Energaia-Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, em virtude de o Município deter influência significativa, mas não o seu controlo, portanto, de acordo com o preceituado legislativo, integra o perímetro de consolidação, pelo MEP.

Contudo, nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula, de forma supletiva, o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, excluindo assim as entidades em que não existe controlo ou influência dominante, ou que, não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante, como é o caso da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, cujo peso no balanço, alcança apenas 0,05% do valor total do balanço consolidado. A sua não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, e conforme preconizado na NCP 26, o perímetro é composto apenas pelo Município de Santa Maria da Feira, uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação financeira identificadas acima não estão sujeitas à contabilidade orçamental.

Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M..

A empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., adiante designada Feira Viva, foi constituída em 24 de novembro de 2000, é uma pessoa coletiva pública dotada de personalidade jurídica, registada com o NIF 505 120 151, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual é tutelada pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, única titular da totalidade do capital social.

A missão da Feira Viva é “administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico”, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.

Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M. S.A, é uma sociedade anónima, com o NIF 504 134 353, integra neste momento o setor empresarial local, detendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 99,52% do capital social.

Tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.

II. Análise Económica e Financeira

Balanço Consolidado

Através da apresentação do Balanço Consolidado, pretende-se refletir a posição financeira e patrimonial das várias entidades que compõem o Perímetro de Consolidação do Município de Santa Maria da Feira, que neste caso se refere ao exercício de 2020.

Contudo, importa alertar para o facto de que o Balanço reflete a posição numa determinada data, nomeadamente a 31 de dezembro, em oposição à Demonstração de Resultados e de Fluxos de Caixa, que demonstram os movimentos ocorridos ao longo de um período, mais concretamente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Por via das participações financeiras que detêm, o Município, controla não só as políticas de gestão, como também as políticas financeiras das entidades, pelo que, as contas individuais das entidades participadas, devem estar refletidas nas contas do Município, caso expressem impacto significativo.

Dessa forma, por via do Balanço, é possível visualizar e analisar, a composição dos Ativos do grupo de consolidação, que não são mais que a representação dos bens e dos direitos existentes, os quais se encontram divididos em ativo corrente e não corrente, consoante o tempo que se espera deter o ativo em posse da entidade.

Por outro lado, é possível identificar a origem dos fundos que foram aplicados ou investidos nos ativos, nomeadamente se esses fundos foram obtidos via capital próprio ou via capital alheio, estando também a parte dos capitais alheios, divididos em correntes e não correntes, atendendo ao prazo da exigibilidade.

Quadro 1 – Balanço Consolidado

Descrição	2020		2019 (POCAL)	
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	234.877.921,42 €	66,40%	255.364.737,11 €	73,48%
Propriedades de investimento	646.995,78 €	0,18%	- €	0,00%
Ativos intangíveis	21.461.566,06 €	6,07%	19.356.878,66 €	5,57%
Ativos biológicos	80.173,09 €	0,02%	- €	0,00%
Participações financeiras	3.624.607,05 €	1,02%	3.640.522,03 €	1,05%
Outros ativos financeiros	6.583,15 €	0,00%	- €	0,00%
Ativos por impostos Diferidos	95.235,67 €	0,03%	- €	0,00%
Ativo corrente				
Inventários	13.624.035,81 €	3,85%	498.612,02 €	0,14%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	823.581,15 €	0,23%	- €	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	2.016.209,31 €	0,57%	2.021.942,79 €	0,58%
Estado e outros entes públicos	75.044,73 €	0,02%	988.895,92 €	0,28%
Outras contas a receber	24.231.750,21 €	6,85%	24.115.518,99 €	6,94%
Diferimentos	346.673,04 €	0,10%	255.377,15 €	0,07%
Caixa e depósitos	51.847.968,08 €	14,66%	41.299.558,37 €	11,88%
Total Ativo	353.758.344,55 €	100%	347.542.043,04 €	
Património Líquido				
Património/Capital	88.151.833,25 €	24,92%	87.911.690,98 €	25,30%
Outros Instrumentos de Capital Próprio	- €	0,00%	- €	0,00%
Reservas	7.159.345,78 €	2,02%	33.222.337,13 €	9,56%
Resultados transitados	135.345.872,23 €	38,26%	131.032.721,45 €	37,70%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 10.141,66 €	0,00%	- €	0,00%
Excedentes de revalorização	292.271,46 €	0,08%	- €	0,00%
Outras variações no património líquido	85.228.549,03 €	24,09%	- €	0,00%
Resultado líquido do período	12.748.919,15 €	3,60%	13.716.891,95 €	3,95%
Interesses que não controlam	34.815,34 €	0,01%	- €	0,00%
Total Património Líquido	328.951.464,58 €	92,99%	265.883.641,51 €	76,50%
Passivo não corrente				
Provisões	1.579.401,64 €	0,45%	983.192,32 €	0,28%
Financiamentos obtidos	12.966.761,32 €	3,67%	13.348.369,42 €	3,84%
Fornecedores de investimentos	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos por impostos diferidos	99.069,02 €	0,03%	- €	0,00%
Outras contas a pagar	2.436.308,27 €	0,69%	76.732,89 €	0,02%
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	116.116,00 €	0,03%	- €	0,00%
Fornecedores	1.285.523,90 €	0,36%	2.233.138,62 €	0,64%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.900,00 €	0,00%	266.126,00 €	0,08%
Estado e outros entes públicos	271.420,57 €	0,08%	316.247,78 €	0,09%
Financiamentos obtidos	2.770.368,60 €	0,78%	2.513.625,63 €	0,72%
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	0,01%	59.923,73 €	0,02%
Outras contas a pagar	3.200.551,40 €	0,90%	5.555.958,68 €	1,60%
Diferimentos	38.243,38 €	0,01%	56.305.086,46 €	16,20%
Total Passivo	24.806.879,97 €	7,01%	81.658.401,53 €	23,50%
Total do Património Líquido + Passivo	353.758.344,55 €	100%	347.542.043,04 €	100%

A incorporação no perímetro de consolidação da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, alterou a composição do ativo, com um aumento de 595.378€.

Pela incorporação da entidade referida e do crescimento, o valor do ativo perfaz o montante de 353.758.344,55€.

É possível verificar com clareza, que o ativo do grupo consolidado apresenta um crescimento de 1,79%, representando um valor absoluto na ordem dos 6.216.301,51€.

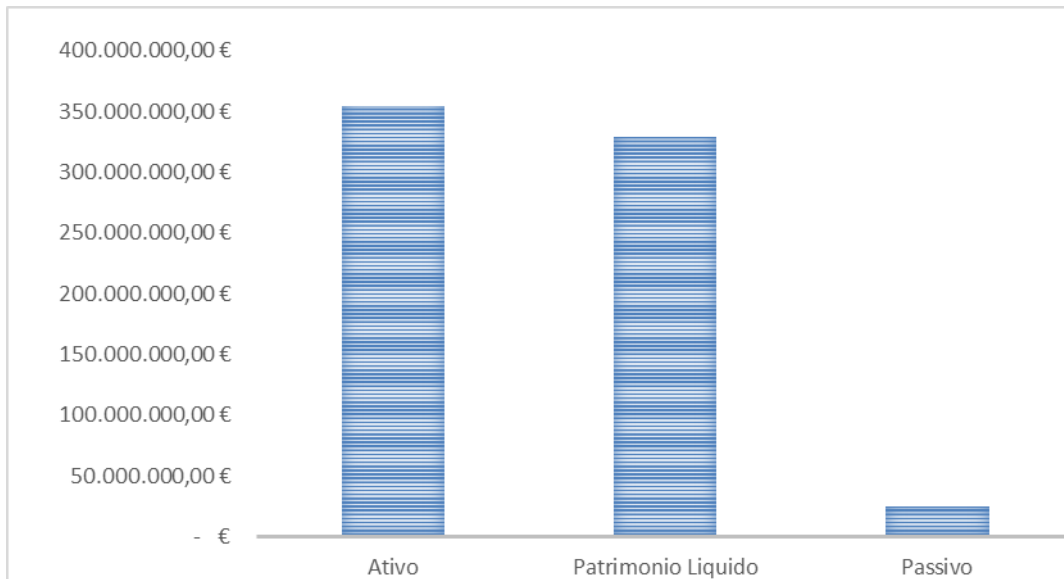
Da análise ao Balanço Consolidado conclui-se que à data de 31 de dezembro de 2020 o total do ativo líquido consolidado atingiu o montante de 353.758.344,55€, sendo notória a preponderância dos ativos não corrente, representar cerca de 73,72% do Ativo Líquido Total. Quando comparado com o Balanço da empresa mãe permite confirmar a contínua influência do Município enquanto entidade consolidante, com um peso de 99,94%.

Do total do Ativo Corrente, a rubrica Caixa e Depósitos surge como uma expressão significativa, com cerca de 14,66% no ativo líquido total, o que reflete a excelente posição financeira do Município.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 24.806.879,97€, cujo maior contributo advém da componente dos empréstimos de médio e longo prazo, com o montante de 12.966.761,32€.

O Património Líquido consolidado ascende a 328.951.464,58€, dos quais 135.345.872,23€ representam o valor de Resultados transitados, assumindo cerca de 41,15% do seu total.

Gráfico 1 – Estrutura do Balanço



Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2020, constatamos que:

- O Ativo, apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 1,79%;
- O Passivo, teve um comportamento favorável, com um peso diminuto de 7,01% face ao Ativo, e a sua expressão máxima decorre do comportamento das dívidas de médio e longo prazo.
- O Património Liquido, teve um aumento significativo decorrente da alteração contabilística, com um peso de 92,99%, face ao total do Património Liquido e Passivo, decorrente essencialmente dos Resultados Transitados que atingiu um valor de 135.345.872,23€.

Em síntese, verifica-se uma continuidade na diminuição no grau de dependência do grupo face aos capitais alheios exigíveis.

Ativo

O quadro infra demonstra a estrutura do Ativo Líquido do grupo municipal.

Quadro 2 – Ativo Líquido Grupo Municipal

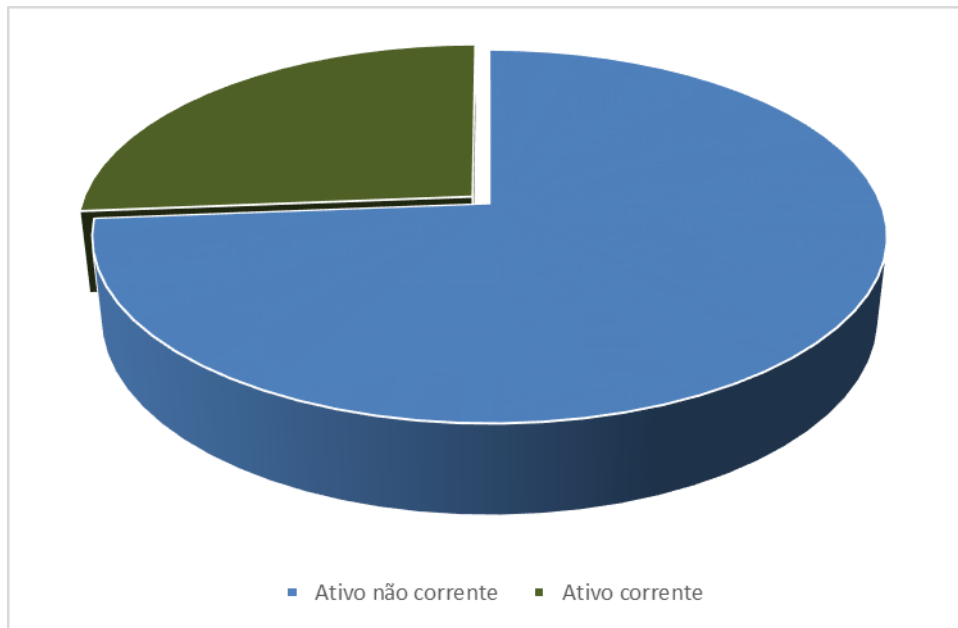
Ativo	2020		2019 (POCAL)	
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	234.877.921,42 €	66,40%	255.364.737,11 €	73,48%
Propriedades de investimento	646.995,78 €	0,18%	- €	0,00%
Ativos intangíveis	21.461.566,06 €	6,07%	19.356.878,66 €	5,57%
Ativos biológicos	80.173,09 €	0,02%	- €	0,00%
Participações financeiras	3.624.607,05 €	1,02%	3.640.522,03 €	1,05%
Outros ativos financeiros	6.583,15 €	0,00%	- €	0,00%
Ativos por impostos Diferidos	95.235,67 €	0,03%	- €	0,00%
Ativo corrente				
Inventários	13.624.035,81 €	3,85%	498.612,02 €	0,14%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	823.581,15 €	0,23%	- €	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	2.016.209,31 €	0,57%	2.021.942,79 €	0,58%
Estado e outros entes públicos	75.044,73 €	0,02%	988.895,92 €	0,28%
Outras contas a receber	24.231.750,21 €	6,85%	24.115.518,99 €	6,94%
Diferimentos	346.673,04 €	0,10%	255.377,15 €	0,07%
Caixa e depósitos	51.847.968,08 €	14,66%	41.299.558,37 €	11,88%
Total Ativo	353.758.344,55 €	100%	347.542.043,04 €	100%

O ativo não Corrente apresenta uma preponderância em relação ao Ativo Corrente atingindo um valor de 260.793.082,22€ que corresponde a 73,72% do total do Ativo.

São os Ativos Fixos Tangíveis que mais contribuem para o total com 66,40% atingindo o montante de 234.877.921,42€, seguido dos Ativos Intangíveis com o montante de 21.461.566,06€, cuja contribuição se situa nos 6,07%.

O Ativo Corrente contribui com 26,28% para o ativo total, com o valor de 92.965.262,33€, cuja rubrica que se sobressai é “Caixa e Depósitos” com o montante de 51.847.968,08€, cujo peso no ativo Corrente é de 55,77% e no ativo Total ascende a 14,66%.

Gráfico 2 – Estrutura do Ativo



A estrutura do ativo, permanece idêntica ao do ano transato, com o ativo fixo tangível a deter o maior peso no ativo em 66,40%, seguido de Caixa e Depósitos em 14,66%.

Gráfico 3 – Ativo Não Corrente

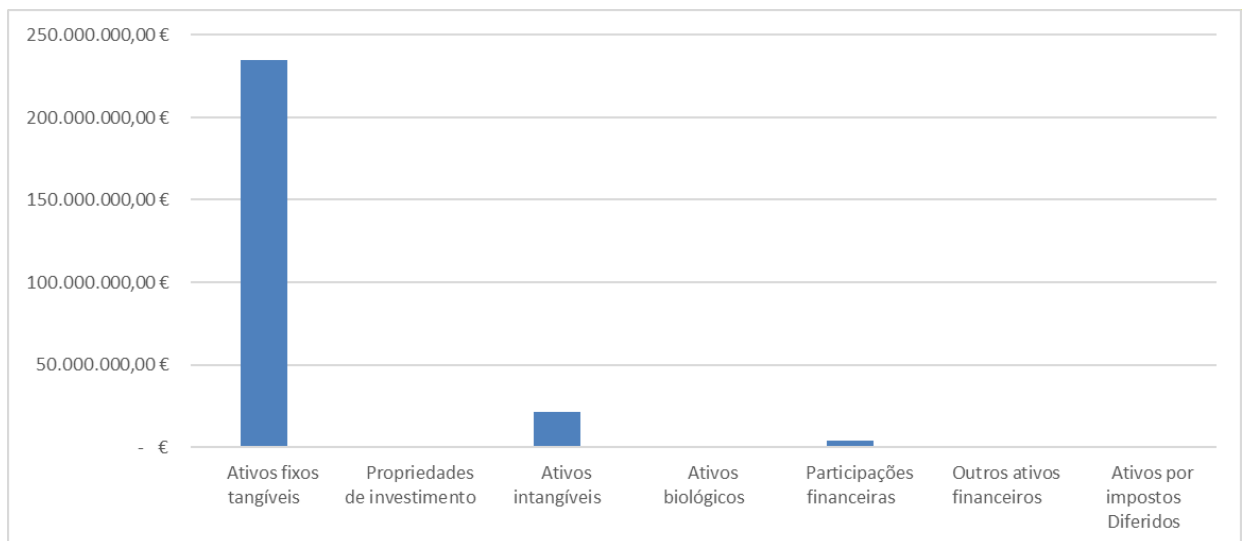
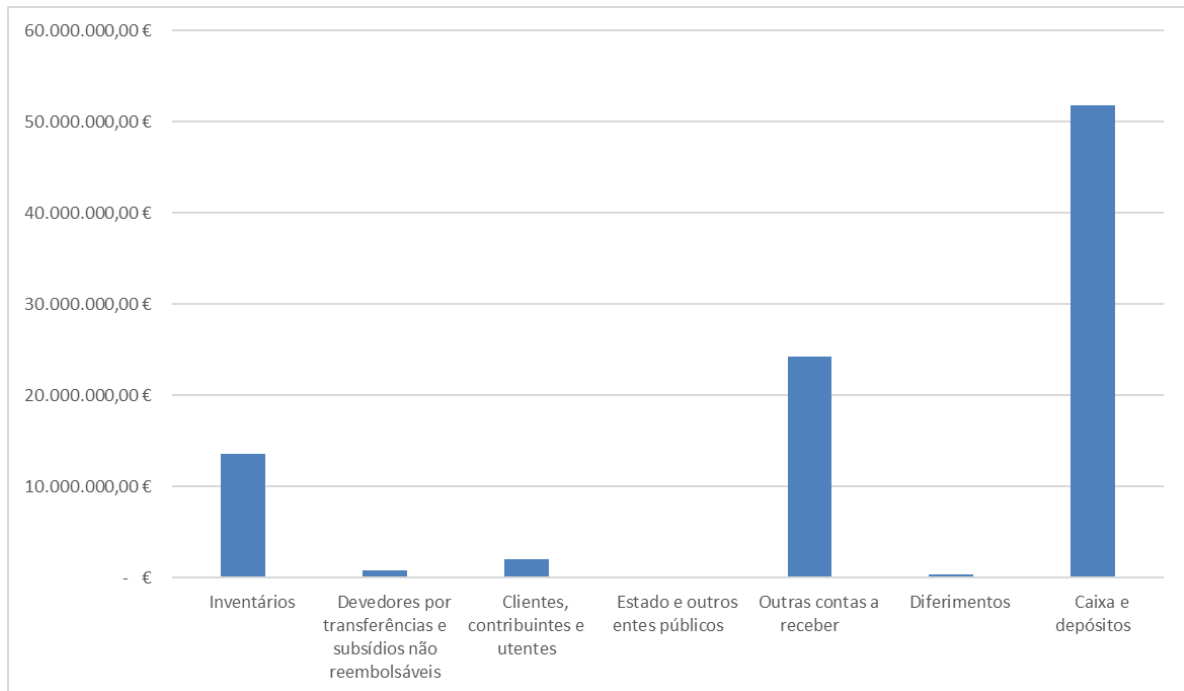


Gráfico 4 – Ativo Corrente

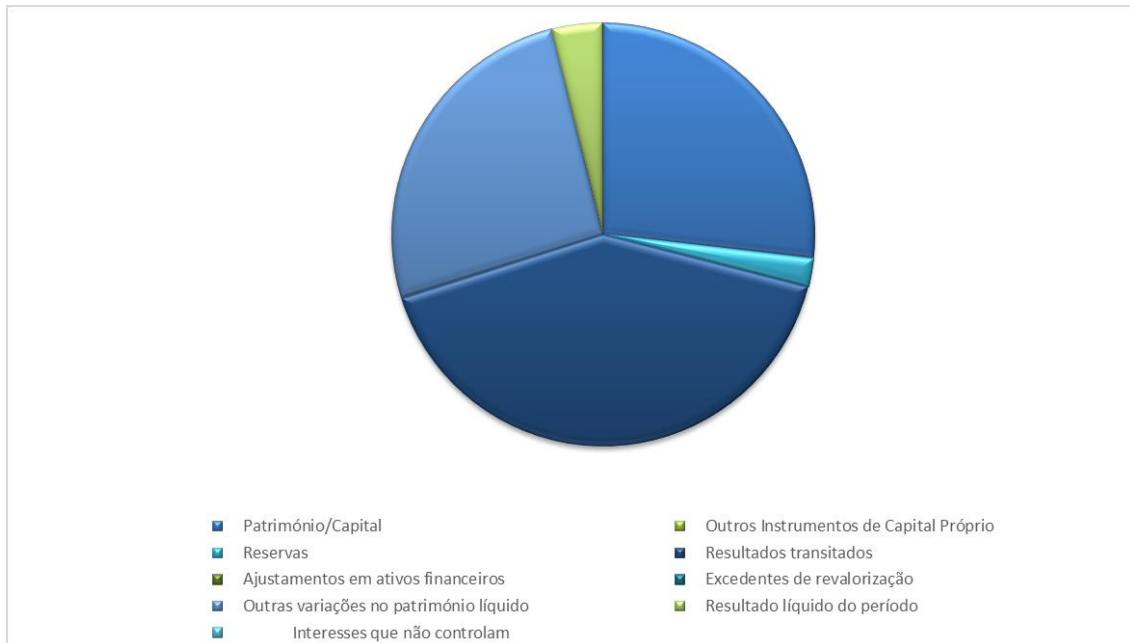


Património Líquido

O Património Líquido do Grupo Municipal, é constituído pelo Património, Outros Instrumentos de Capital Próprio, Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em Ativos Financeiros, Excedentes de Revalorização, Outras Variações de Património Líquido e Resultados Transitados, sendo esta a rubrica que detém maior peso (41,14%), seguida do Património (26,80%) que corresponde a 135.345.872,23€ e a 88.151.833,25€ respetivamente, do total do Total do Património Líquido mais Passivo.

Faz ainda parte do Património Líquido a rubrica de Interesses que não controlam, no montante de 34.815,34€, correspondente à proporção de 0,48% do capital próprio da Sociedade de Turismo que não é detida pelo Município, incluindo as prestações suplementares da referida entidade que não foram subscritas pelo Município.

Gráfico 5 - Peso do Património Líquido



O Património Líquido do Grupo Municipal totalizou no final de 2020 o valor de 328.951.464,58€, que corresponde a um aumento face a 2019, de 63.067.823,07€, resultante, essencialmente, da alteração do procedimento contabilístico.

A componente que mais contribuí para este aumento foi a dos Resultados Transitados por força quer da imputação dos Resultados Líquidos apurados em 2019, quer pelo efeito da contabilização dos subsídios ao investimento.

Passivo

Quadro 3 - Estrutura do Passivo

Passivo	2020	2019 (POCAL)
Passivo Não Corrente		
Provisões	1.579.401,64 €	983.192,32 €
Financiamentos obtidos	12.966.761,32 €	13.348.369,42 €
Fornecedores de investimentos	- €	- €
Passivos por impostos diferidos	99.069,02 €	- €
Outras contas a pagar	2.436.308,27 €	76.732,89 €
Total Passivo Não Corrente	17.081.540,25 €	14.408.294,63 €
Passivo Corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	116.116,00 €	- €
Fornecedores	1.285.523,90 €	2.233.138,62 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.900,00 €	266.126,00 €
Estado e outros entes públicos	271.420,57 €	316.247,78 €
Financiamentos obtidos	2.770.368,60 €	2.513.625,63 €
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	59.923,73 €
Outras contas a pagar	3.200.551,40 €	5.555.958,68 €
Diferimentos	38.243,38 €	56.305.086,46 €
Total Passivo Corrente	7.725.339,72 €	67.250.106,90 €
Total Passivo	24.806.879,97 €	81.658.401,53 €

Gráfico 6 - Estrutura do Passivo

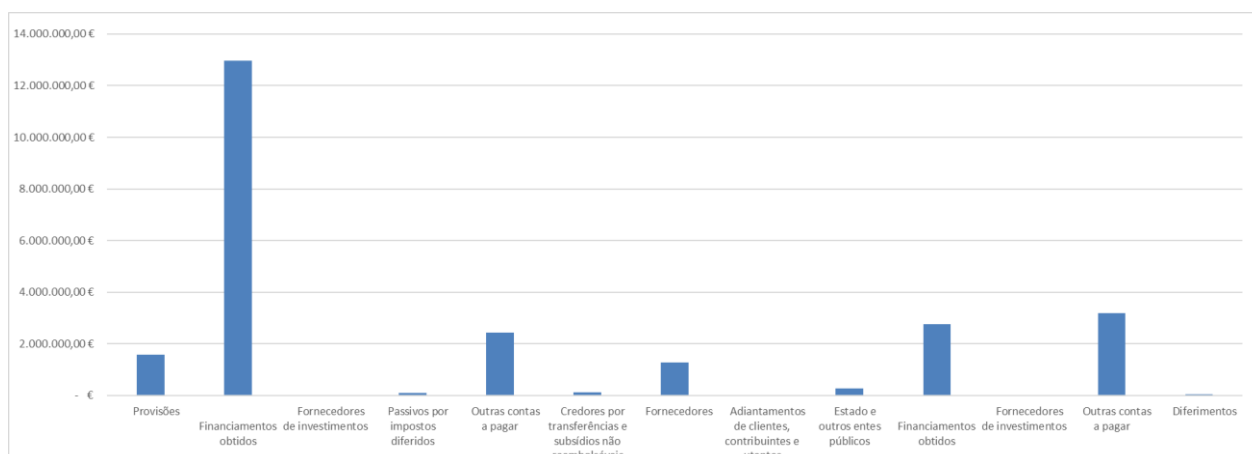
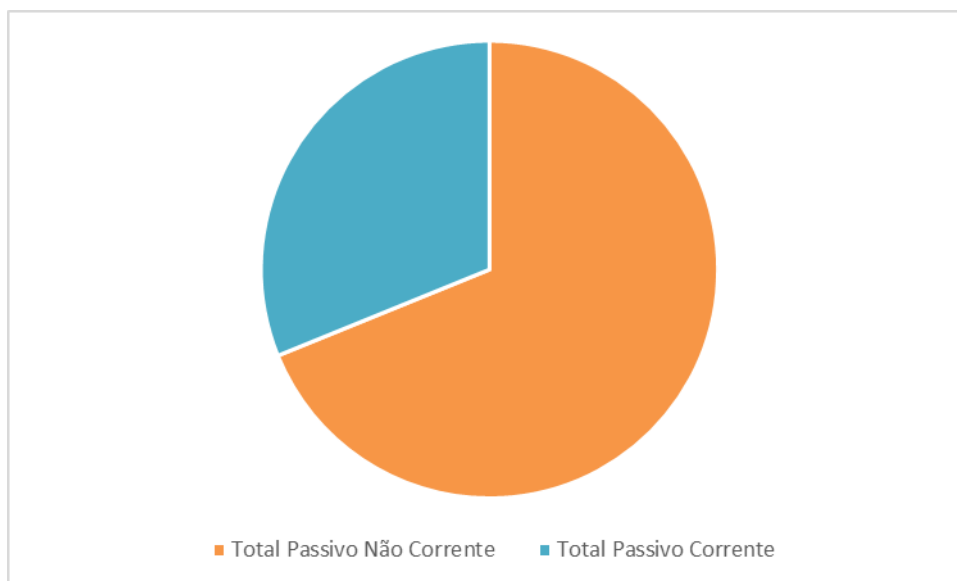


Gráfico 7 - Peso do Passivo



A análise efetuada atende à informação contida no balanço consolidado, integrando, quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais.

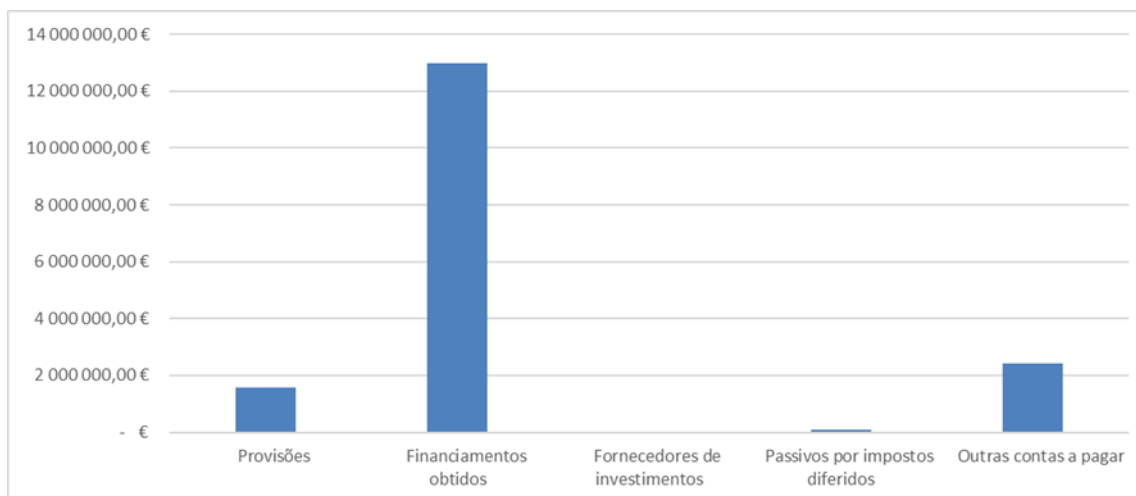
Como é dado observar à data de 31 de dezembro de 2020, o passivo consolidado do Grupo Municipal atingiu o montante de 24.806.879,97€.

Passivo Não Corrente

Quadro 4 – Passivo Não Corrente

Passivo	2020	2019 (POCAL)
Passivo Não Corrente		
Provisões	1.579.401,64 €	983.192,32 €
Financiamentos obtidos	12.966.761,32 €	13.348.369,42 €
Fornecedores de investimentos	- €	- €
Passivos por impostos diferidos	99.069,02 €	- €
Outras contas a pagar	2.436.308,27 €	76.732,89 €
Total Passivo Não Corrente	17.081.540,25 €	14.408.294,63 €

Gráfico 8 – Composição do Passivo Não corrente

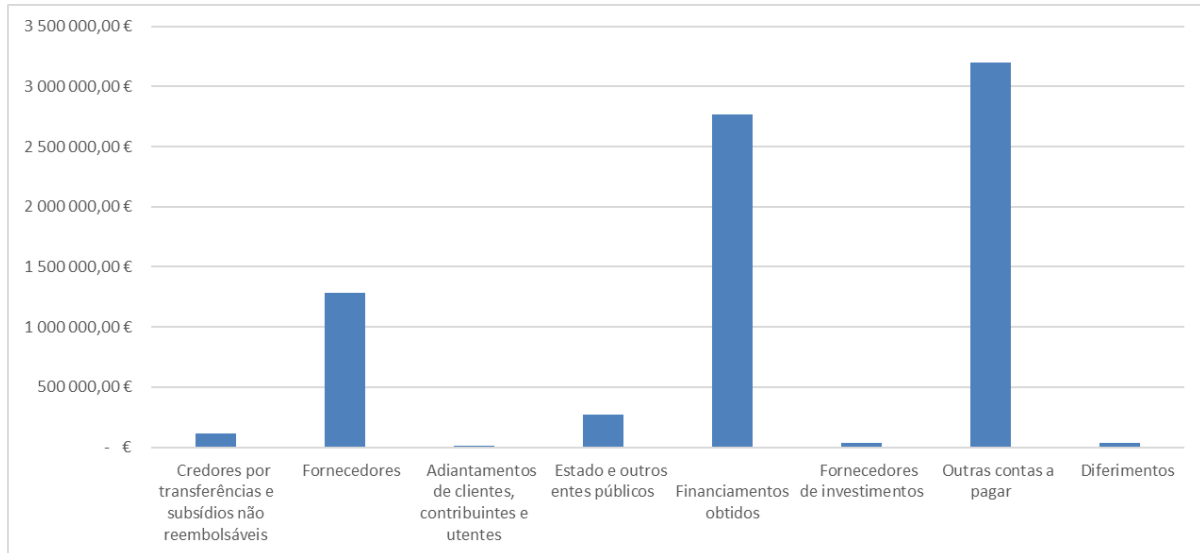


Passivo Corrente

Quadro 5 – Passivo Corrente

Passivo	2020	2019 (POCAL)
Passivo Corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	116.116,00 €	- €
Fornecedores	1.285.523,90 €	2.233.138,62 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.900,00 €	266.126,00 €
Estado e outros entes públicos	271.420,57 €	316.247,78 €
Financiamentos obtidos	2.770.368,60 €	2.513.625,63 €
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	59.923,73 €
Outras contas a pagar	3.200.551,40 €	5.555.958,68 €
Diferimentos	38.243,38 €	56.305.086,46 €
Total Passivo Corrente	7.725.339,72 €	67.250.106,90 €

Gráfico 9 - Componente do Passivo Corrente



Evolução da dívida Grupo Municipal

Para uma análise da dívida do grupo Municipal de Santa Maria da Feira, foi deduzido o valor das provisões, diferimentos e o valor das cauções, por não se tratar efetivamente de uma dívida resultante da atividade operacional.

Ao contrário dos anos transatos, e devido à introdução do novo normativo, o registo contabilístico das retenções deixou de ser classificado como operações de tesouraria e passou a integrar a dívida

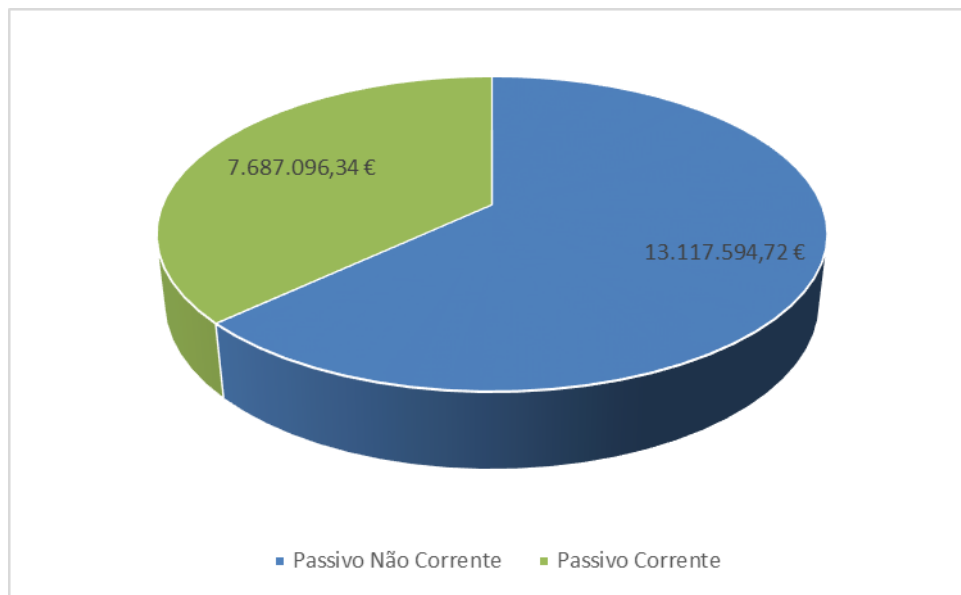
O quadro seguinte abaixo, retrata a dívida global do grupo para o 2020.

Quadro 6 - Dívida Grupo

Grupo Municipal	2020	2019 (POCAL)
Passivo Não Corrente	13.117.594,72 €	13.425.102,31 €
Passivo Corrente	7.687.096,34 €	7.875.236,77 €
Dívida Total	20.804.691,06 €	21.300.339,08 €

Como se pode aferir, apesar da alteração do perímetro de consolidação a dívida global do grupo municipal teve uma diminuição de 495.648,02€, ou seja, -2,33%.

Gráfico 10 - Estrutura da Dívida



Dívida não corrente

Em 2020, a dívida não corrente do Grupo Municipal, obteve uma diminuição no montante de 307.507,59€ relativamente ao ano de 2019, perfazendo um total em dívida de 13.117.594,72€, como se pode constatar no Quadro 47:

Quadro 7 – Dívida não corrente

	2020	2019 (POCAL)
Financiamentos obtidos	12.966.761,32 €	13.348.369,42 €
Outras contas a pagar	51.764,38 €	76.732,89 €
Total	13.117.594,72 €	13.425.102,31 €

Dívida corrente .- Curto Prazo

A dívida não corrente teve um comportamento idêntico à dívida corrente com um decréscimo ligeiro de 188.140,43€, ou seja, -2,39%, face ao ano de 2019.

Quadro 8 – Dívida Corrente

	2020	2019 (POCAL)
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	116.116,00 €	- €
Fornecedores	1.285.523,90 €	2.233.138,62 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.900,00 €	266.126,00 €
Estado e outros entes públicos	271.420,57 €	316.247,78 €
Financiamentos obtidos	2.770.368,60 €	2.513.625,63 €
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €	59.923,73 €
Outras contas a pagar	3.200.551,40 €	5.555.958,68 €
Total	7.687.096,34 €	10.945.020,44 €

III. Demonstração de Resultados Consolidados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP), apresentando os resultados das operações económicas do grupo durante o ano de 2020.

Quadro 9 - Demonstração de Resultados Consolidados

Referênciação das Contas	Rubricas	Notas	31/12/2020	2019 (POCAL)
=70	Impostos, contribuições e taxas		34 323 725,54 €	32 895 432,86 €
=71	Vendas		994 928,42 €	92 351,23 €
=72	Prestações de serviços e concessões		5 278 433,30 €	12 860 222,39 €
=75	Transferências e subsídios correntes obtidos		22 821 784,91 €	22 713 177,21 €
=785+7921-685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		5 113,77 €	
=74	Trabalhos para a própria entidade		2 399 832,03 €	1 804 158,21 €
=61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 964 992,02 €	-1 324 545,50 €
=62	Fornecimentos e serviços externos		-19 558 504,02 €	-23 146 098,52 €
=63	Gastos com pessoal		-18 225 129,23 €	-17 657 616,03 €
=60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos		-6 264 339,11 €	-3 671 144,62 €
=651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		12 845,72 €	
=67-763	Provisões (aumentos/reduções)		-596 209,32 €	-899 073,56 €
=6532+657+658-7623-7627-7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-55,19 €	
=78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos		6 780 675,02 €	3 791 637,83 €
=68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos		-2 484 666,33 €	-4 513 075,07 €
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		23 523 443,49 €	22 945 426,43 €
=64-761	Gastos/reversões de depreciação e amortização		-10 758 530,47 €	-9 190 887,26 €
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		12 764 913,02 €	13 754 539,17 €
=782+790+791+7922+793+799	Juros e rendimentos similares obtidos		72 029,30 €	84 825,27 €
=682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e gastos similares suportados		-73 032,83 €	-122 472,49 €
	Resultado antes de impostos		12 763 909,49 €	13 716 891,95 €
	Imposto sobre o rendimento		-15 705,21 €	
	Resultado líquido do período		12 748 204,28 €	13 716 891,95 €

Resultado líquido do exercício atribuível a:	
Detentores de capital da entidade-mãe	12 748 919,15
Interesses que não controlam	(714,87)

Os rendimentos globais gerados foram de 72.689.368,01€ enquanto os custos totais perfizeram 59.941.163,73€, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 12.748.204,28€ (líquido de interesses que não controlam).

Constata-se que os resultados resultantes da atividade operacional geraram valor, alcançando o valor positivo de 23.523.443,49€.

IV. Anexo às Demonstrações Financeiras

Introdução

No presente capítulo apresentam-se notas de forma a facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida pelo SNC-AP.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Entidade mãe

Empresa Mãe	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	N.º Trabalhadores
Município de Santa Maria da Feira	501.157.280	Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira	O Município de Santa Maria da Feira é um autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe são legalmente conferidas pela Lei 159/99, de 14 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, nomeadamente a Lei 75/2013, de 12 de setembro	755

- Entidades consolidadas

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Motivo de Inclusão		N.º Trabalhadores	Observ.
				Detenção de capital			
				Direto	Indireto		
<i>Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.</i>	505 120 151	Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira	Administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.	100,00%		91	Método Integral
<i>Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira</i>	504 134 353	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c. esq. Santa Maria da Feira	Promoção e assunção de estratégia de desenvolvimento turístico do concelho de Santa Maria da Feira bem como gerir recursos e equipamentos de âmbito turístico, nomeadamente a exploração de água mineral e atividade termal.	99,52%		8	M.E.P.
<i>Energaia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto</i>	504 454 536	Avenida Manuel Violas, nº 476, sala 23 4410-134 São Félix da Marinha	Contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.	20,00%		4	M.E.P.

Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Participação detida	Motivo de exclusão
<i>Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A</i>	503 698 812	Alerro sanitário de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira Rua Conde Barão Sermonde	Tratamento e valorização dos Resíduos Urbanos do sistema multimunicipal do Sul do Douro, abrangendo os concelhos de Vila Nova Gaia e Santa Maria da Feira	15,00%	Não detém controlo
<i>Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular</i>	503 990 698	AV. Inferior Ponte D. Luís I, N.º55 4050-074 Porto	O Eixo Atlântico determina um espaço euro-regional inter-estatal cuja filosofia prossegue as orientações da União Europeia. Estes núcleos urbanos pretendem ser os autênticos motores de desenvolvimento no espaço regional em que se inserem e que se caracteriza por determinadas realidades sócio-económicas e culturais	5,71%	Não detém controlo
<i>Fundação "Terras Santa Maria"</i>	502 556 773	Rua António Castro Corte Real	O Isvougua consiste numa instituição de ensino superior, particular de natureza politécnica que através do leque de cursos que disponibiliza e da investigação que promove, se propõe contribuir relevantemente para o desenvolvimento económico e social da região em que se integra.	10,00%	Não detém controlo
<i>ADCL-Águas do Centro Litoral, SA</i>	513 606 181	ETA da Boavista_ Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e do Saneamento	1,74%	Não detém controlo
<i>Águas do Douro e Paiva, S.A.</i>	514 310 774	Rua de Vilar, N.º 235, 5.º Anadar 4050-626 Porto	Captação, tratamento, distribuição de água para consumo humano, recolha, tratamento e rejeição de efluentes, do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal	2,33%	Não detém controlo
<i>GAMP_Grande Área Metropolitana do Porto</i>	502 823 305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 1.º 4000-065 Porto	Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional; Assegurar sustentadamente a competitividade regional; Promover a inclusão social e territorial.	8,21%	Não detém controlo
<i>Associação de Municípios Terras Santa Maria</i>	501 651 888	Edifício Villa Balbina Lugar do Parrinho 3700-189 S. João da Madeira	Planeamento, elaboração projectos, financiamento e execução, manutenção de atividades relacionadas com a articulação dos investimentos municipais e interesse intermunicipal	16,66%	Não detém controlo
<i>ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria</i>	508 225 736	Centro Cívico Justino Portal, 1.º Andar Largo Justino Portal Cesar 3700-616 Oliveira de Azeméis	Dinamização das Zonas Rurais, Diversificação da Economia e Criação de Emprego, Melhoria da Qualidade de Vida	19,32%	Não detém controlo
<i>Retecork</i>	G 17994765	Espanha	Fomentar el desarrollo local de los territorios, corcheros y la sensibilización sobre la importancia y singularidad de supatrimonio natural y cultural mediante la valoración turística.	3,71%	Não detém controlo
<i>Turismo Porto e Norte, ER</i>	508 905 435	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	Gestão e promoção turística da área Regional de Turismo do Norte	1,16%	Não detém controlo
<i>Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira a)</i>	506 536 130	Praça da Republica, AP - 133, Santa Maria da Feira	Promoção, gestão e manutenção de formações musicais que vierem a ser criadas no âmbito das suas atividades; a programação, organização e promoção do ensino e prática da música; estimular e divulgar a criação artística musical, em todas as suas expressões; apoiar novos artistas; apostar na formação de novos públicos; contribuir para a divulgação do Concelho de St.ª M.ª da Feira; promover a animação musical do município como elemento essencial do seu desenvolvimento turístico e social e fomentar o intercâmbio a nível nacional e internacional.	-	Excluída pela materialidade ser irrelevante
<i>ACF-Associação de Caminhos de Fátima</i>	513 836 250	Av. D. José Alves Correia da Silva, S/N 2495-402 Fátima	Fomento e defesa dos Caminhos de Fátima em todas as suas dimensões; ajuda ao peregrino e/ou caminhante; defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima	7,69%	Não detém controlo
<i>FAM - Fundo Apoio Municipal</i>	513 319 182	Rua Tenente Espanha, 20 1050-223 Lisboa	Fundo de Apoio Municipal	0,44%	Não detém controlo
<i>PERM, SA</i>	509 042 201	Edifício do GAT - Parrinho 3700-189 S. J. da Madeira	Criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo conceção, construção, e comercialização, gestão e exploração do parque empresarial de recuperação de materiais das Terras de Santa Maria	10,20%	participação indirecta
<i>Associação Nacional de Municípios Portugueses</i>	501 627 413	Av. Marnoco e Sousa 52 3004 511 Coimbra	Promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	Quota	Não detém controlo

Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 858 em 2020.

A 31 de dezembro de 2020, os componentes da rubrica caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

Q1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Euros	
Caixa		11.857,49 €
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	-	€
Depósitos bancários à ordem	44.945.062,46 €	44.945.062,46 €
Depósitos a prazo		5.000.335,35 €
Depósitos consignados		-
Depósitos de garantias e cauções		1.890.712,78 €
Total de caixa e depósitos		51.847.968,08 €

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos caixa e depósitos bancários apresentavam o valor de 51.847.968,08€, dos quais 49.402.931,26€ dizem respeito a operações orçamentais e 2.445.036,82€ a operações de tesouraria. A diferença entre o valor de depósitos de garantias e cauções e o valor de operações de tesouraria (NCP26) referem-se essencialmente a valores depositados noutras contas, cujo procedimento de reconciliação e verificação se encontra a decorrer, de forma a evidenciar todos os registos conforme o SNC-AP.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, exceto quanto aos requisitos da NCP4, em que não foi possível a sua aplicação por não existir documentação suficiente e adequada por parte das concessionárias, e com o nível de detalhe necessário para o Município poder e proceder aos correspondentes registos contabilísticos.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

O preâmbulo da Portaria n.º 189/2016, refere que, na transição do ano para o novo normativo contabilístico, as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventariação e as respetivas vidas úteis no que respeita às depreciações, para todos os bens do ativo fixo tangível (exceto edifícios e outras construções) detidos à data da entrada do novo normativo. Para os edifícios e outras construções (Imoveis e direitos no CIBE), quer se tratem de ativos fixos tangíveis, quer de propriedades de investimento, o respetivo cadastro e vida útil devem ser atualizados face às disposições do SNC-AP.

Assim, todos os bens do ativo fixo tangível cuja data de inventariação seja posterior à data de 01/01/2020, foram depreciados conforme o classificador complementar 2 (CC2). Os restantes bens encontram-se depreciados tendo em conta as taxas previstas no CIBE. Conforme o referenciado no parágrafo anterior, aos Edifícios e Outras Construções foram realizados ajustamentos conforme o CC2. Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Foram reclassificados

para esta rubrica ativos que em POCAL estavam classificados no ativo fixo e de acordo com a NCP 8, se deveriam classificar em Ativos Intangíveis.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, desde que se entenda que é exercida sobre as mesmas, influência significativa sobre as respetivas políticas financeiras e operacionais.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2, para os bens adquiridos/inventariados no ano 2020.

Para os bens do ativo fixo tangível com data de aquisição anterior a 01/01/2020, foi aplicado o preâmbulo da Portaria 189/2015, tal como anteriormente referido. Seguindo-se a vida útil constante do CC2, para os imóveis classificados em Edifícios e Outras Construções e para os restantes ativos, o CIBE.

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Nova Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras Consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e entidades participadas e consolidadas relativamente ao exercício económico de 2020.

Foi derogada parte da norma de homogeneização dos procedimentos do cálculo das amortizações, as entidades do SEL realizaram as amortizações de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, sendo o gasto de depreciação imputado numa base

sistemática durante a vida útil de cada bem, enquanto, o Município de Santa Maria da Feira realizou com base no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

As imparidades para cobrança duvidosas foram constituídas de acordo com a mora a mais de 90 dias e a 100%.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O sistema de inventário adotado é o permanente, valorizado ao custo médio ponderado. Fazem parte do Inventário, por força da entrada do SNC-AP, as empreitadas, em que, apesar do Município ser o dono de obra para efeitos de construção estes ativos não vão gerar benefícios económicos futuros para o Município, vão ser “restituídos” às entidades que os tutelam.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Q3.1 – Ativos intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	- €				541,77 €	- €		541,77 €
Projetos de desenvolvimento	810,12 €	- €		810,12 €	810,12 €	802,18 €		7,94 €
Programas de computador e sistemas de informação	4 346 024,59 €	4 279 441,19 €		66 583,40 €	4 355 423,54 €	4 324 334,74 €		31 088,80 €
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	24 229 695,91 €	2 409 066,07 €		21 820 629,84 €	24 241 823,60 €	2 969 817,60 €		21 272 006,00 €
Ativos intangíveis em curso	139 241,54 €			139 241,54 €	157 921,55 €			157 921,55 €
Total	28 715 772,16 €	6 688 507,26 €		22 027 264,90 €	28 756 520,58 €	7 294 954,52 €		21 461 566,06 €

Após as reclassificações encontraram-se registadas neste mapa os seguintes bens:

- Edifício Multiusos 1ª e 2 fase de Argoncilhe - Contrato de comodato por 20 anos;
- Parque de Estacionamento de apoio às Pedreiras de Lourosa - Contrato de comodato;
- Requalificação da Quinta do Castelo - Contrato de comodato por 20 anos;
- Europarque – Contrato de concessão por 50 anos;
- Diversos terrenos – Contratos de comodato.

Durante o ano económico de 2020, foram realizadas as seguintes depreciações:

Q3.2 – Ativos intangíveis – Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	- €	541,77 €					- €		541,77 €
Projetos de desenvolvimento	810,12 €	- €					- 802,18 €		7,94 €
Programas de computador e sistemas de informação	4 346 024,59 €	9 398,95 €					- 44 893,55 €		4 310 529,99 €
Propriedade industrial e intelectual									- €
Outros	24 229 695,91 €	12 127,69 €					-560 751,53 €		23 681 072,07 €
Ativos intangíveis em curso	139 241,54 €	18 680,01 €							157 921,55 €
Total	28 715 772,16 €	40 748,42 €	- €	- €	- €	- €	-606 447,26 €	- €	28 150 073,32 €

Q3.2A – Ativos intangíveis – Adições

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill		541,77 €								541,77 €
Projetos de desenvolvimento										- €
Programas de computador e sistemas de informação		9 398,95 €								9 398,95 €
Propriedade industrial e intelectual										- €
Outros		12 127,69 €								12 127,69 €
Ativos intangíveis em curso		18 680,01 €								18 680,01 €
Total		40 748,42 €								40 748,42 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos como renda de concessão, ma medida em que o Município atua na qualidade de Concedente.

Abaixo identificamos os acordos de concessão, em que o Município atua na qualidade de Concedente, no âmbito da NCP4.

Como já foi referenciado não houve possibilidade de aplicar com rigor esta norma por falta de informação precisa, fiável e detalhada por parte das concessionárias – Indaqua e EDP distribuição.

Para poder efetuar os registos contabilísticos referentes às concessões, o Município necessita de informação detalhada por bem/ativo acerca do montante incluído no Ativo intangível das concessionárias. Esta análise implica uma associação rigorosa das fichas do imobilizado cadastrado entre o existente no Município e o das concessionárias, criação de fichas por tipologia do bem/equipamento e (re)avaliação das vidas úteis, o que requer uma comunicação regular, tempestiva e rigorosa entre as partes.

Aquando do registo inicial, no âmbito do processo de transição, deverá ser movimentada a conta 43 – Ativo fixo tangível, de forma a refletir os novos bens incluídos na concessão, por contrapartida da 564 – Ajustamentos de transição, levando também em linha de conta o correspondente recálculo das depreciações, nos termos já descritos anteriormente

Pelo exposto, fomos obrigados a derrogar a norma NCP4 no presente exercício, sendo certo que esta análise é extremamente complexa e exige uma adaptação e concertação dos procedimentos entre concessionária e concedente, tendo por base uma comunicação regular e rigorosa.

Q4.1 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamento ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Santa Maria da Feira	EDP Distribuição - Energia, SA	rede de distribuição baixa tensão	20 anos		- €	- €	- €
Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no concelho de Santa Maria da Feira; Realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimento;	Indaqua Feira Indústria Águas de Santa Maria da Feira, SA	concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	50 anos		196.767,90 €	- €	- €

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, é a seguinte:

Q5.1 – Ativos fixos tangíveis-Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	5 737 170,81 €	- €		5 737 170,81 €	6 436 028,30 €	- €		6 436 028,30 €
Edifícios e outras construções	1 610 174,34 €	685 726,39 €		924 447,95 €	1 646 681,78 €	791 867,25 €		854 814,53 €
Infraestruturas	127 191 935,48 €	60 710 146,34 €		66 481 789,14 €	138 199 618,98 €	66 884 973,17 €		71 314 645,81 €
Património histórico, artístico e cultural	890 955,68 €	30 137,55 €		860 818,13 €	890 955,68 €	30 334,91 €		860 620,77 €
Equipamento militar de segurança e defesa	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Outros	- €	- €		105 791,30 €	105 791,30 €	10 579,13 €		95 212,17 €
Bens de domínio público em curso	12 896 233,09 €	- €		12 896 233,09 €	11 002 528,36 €			11 002 528,36 €
	148 326 469,40 €	61 426 010,28 €		86 900 459,12 €	158 281 604,40 €	67 717 754,46 €		90 563 849,94 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	52 125 715,61 €	- €		52 125 715,61 €	51 929 105,81 €	- €		51 929 105,81 €
Edifícios e outras construções	123 451 821,51 €	35 595 374,58 €		87 856 446,93 €	123 165 284,64 €	38 013 645,37 €		85 151 639,27 €
Equipamento básico	10 475 726,33 €	8 339 616,13 €		2 136 110,20 €	10 958 531,72 €	8 783 331,14 €		2 175 200,58 €
Equipamento de transporte	4 403 824,17 €	3 106 780,25 €		1 297 043,92 €	4 385 511,89 €	3 000 343,57 €		1 385 168,32 €
Equipamento administrativo	7 416 365,29 €	6 847 307,34 €		569 057,95 €	7 471 386,12 €	7 052 557,93 €		418 828,19 €
Equipamentos biológicos	249 232,42 €	157 862,52 €		91 369,90 €	261 851,73 €	181 678,64 €		80 173,09 €
Outros	3 189 908,52 €	2 609 793,81 €		580 114,71 €	3 272 273,69 €	2 730 757,81 €		541 515,88 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 151 810,75 €	- €		2 151 810,75 €	2 712 613,43 €	- €		2 712 613,43 €
	203 464 404,60 €	56 656 734,63 €		146 807 669,97 €	204 156 559,03 €	59 762 314,46 €		144 394 244,57 €
Total	351 790 874,00 €	118 082 744,91 €		233 708 129,09 €	362 438 163,43 €	127 480 068,92 €		234 958 094,51 €

Durante o ano 2020, foram realizados os seguintes movimentos:

Q5.2– Ativos fixos tangíveis-quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	5 737 170,81 €	696 047,49 €				- €		6 433 218,30 €
Edifícios e outras construções	1 610 174,34 €	36 507,44 €				- 106 140,86 €		1 540 540,92 €
Infraestruturas	127 191 935,48 €	11 010 493,50 €				- 6 174 826,83 €		132 027 602,15 €
Património histórico, artístico e cultural	890 955,68 €	- €				- 197,36 €		890 758,32 €
Equipamento militar de segurança e defesa	- €	- €				- €		- €
Outros	- €	95 212,17 €				- 10 579,13 €		84 633,04 €
Bens de domínio público em curso	12 896 233,09 €	12 896 233,09 €				- €	- 8 357 895,48 €	17 434 570,70 €
	148 326 469,40 €	24 734 493,69 €				- 6 291 744,18 €	- 8 357 895,48 €	158 411 323,43 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	52 125 715,61 €	71 568,77 €				- €	367 938,15 €	52 565 222,53 €
Edifícios e outras construções	123 451 821,51 €	2 400 637,24 €				- 2 602 139,30 €	1 194 002,28 €	124 444 321,73 €
Equipamento básico	10 475 726,33 €	511 263,54 €				- 470 281,08 €	28 458,15 €	10 545 166,94 €
Equipamento de transporte	4 403 824,17 €	413 203,61 €				- 325 079,21 €	431 515,89 €	4 923 464,46 €
Equipamento administrativo	7 416 365,29 €	96 607,82 €				- 246 837,58 €	41 586,99 €	7 307 722,52 €
Equipamentos biológicos	249 232,42 €	29 050,00 €				- 35 292,78 €	16 430,69 €	16 430,69 €
Outros	3 189 908,52 €	147 806,54 €				- 186 278,55 €	65 441,37 €	3 216 877,88 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 151 810,75 €	3 906 529,76 €				- €	- 3 374 223,23 €	9 432 563,74 €
	203 464 404,60 €	7 576 667,28 €				- 3 865 908,50 €	5 519 596,75 €	212 435 339,80 €
Total	351 790 874,00 €	32 311 160,97 €				- 10 157 652,68 €	- 2 838 298,73 €	370 846 663,23 €

Q5.2A – Ativos fixos tangíveis-Adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		696 047,49 €									696 047,49 €
Edifícios e outras construções		36 507,44 €									36 507,44 €
Infraestruturas		11 010 493,50 €									11 010 493,50 €
Património histórico, artístico e cultural		- €									- €
Equipamento militar de segurança e defesa		- €									- €
Outros		105 791,30 €									105 791,30 €
Bens de domínio público em curso		12 896 233,09 €									12 896 233,09 €
		24 745 072,82 €									24 745 072,82 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		71 568,77 €									71 568,77 €
Edifícios e outras construções		2 400 637,24 €									2 400 637,24 €
Equipamento básico		511 263,54 €									511 263,54 €
Equipamento de transporte		413 203,61 €									413 203,61 €
Equipamento administrativo		96 607,82 €									96 607,82 €
Equipamentos biológicos		29 050,00 €									29 050,00 €
Outros		147 806,54 €									147 806,54 €
Ativos fixos tangíveis em curso		3 906 529,76 €									3 906 529,76 €
		7 576 667,28 €									7 576 667,28 €
Total		32 321 740,10 €									32 321 740,10 €

O ano de 2020 pautou-se por um grande investimento a diversos níveis.

Q5.2B – Ativos fixos tangíveis-Diminuições

Rubricas	Diminuições						Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Infraestruturas							
Património histórico, artístico e cultural							
Equipamento militar de segurança e defesa							
Outros							
Bens de domínio público em curso					8 357 895,48 €	8 357 895,48 €	
					8 357 895,48 €	8 357 895,48 €	
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Infraestruturas							
Património histórico, artístico e cultural							
Ativos fixos em concessão em curso							
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	283 142,51 €				84 795,64 €	367 938,15 €	
Edifícios e outras construções	1 194 002,28 €				0,00 €	1 194 002,28 €	
Equipamento básico	3 096,87 €				25 361,28 €	28 458,15 €	
Equipamento de transporte	0,00 €				431 515,89 €	431 515,89 €	
Equipamento administrativo	894,06 €				40 692,93 €	41 586,99 €	
Equipamentos biológicos	0,00 €				16 430,69 €	16 430,69 €	
Outros	0,00 €				65 441,37 €	65 441,37 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €				3 374 223,23 €	3 374 223,23 €	
	1 481 135,72 €				4 038 461,03 €	5 519 596,75 €	
Total	1 481 135,72 €				12 396 356,51 €	13 877 492,23 €	

Nas diminuições, foram alvo de registo, a anulação da Unidade de Saúde de Argoncilhe que já tinha sido restituída à ARSN, mas ainda constava dos nossos registos. Foram transferidos para Inventários conforme a NCP 10 todas as empreitadas em que o Município é dono da empreitada, através de delegação de competências, e que no final terá que restituir às entidades competentes, como é o caso da Escola Secundária Coelho e Castro de Fiães, da EB 2/3 Paços de Brandão e da EB 2/3 Fernando Pessoa. Para além do exposto, foram transferidas empreitadas que finalizaram de ativos em curso para ativos tangíveis.

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação financeira.

6.2 Locações operacionais

Locações Operacionais	31/12/2020
Edifícios	226 399,69 €
Material de Transporte	139 664,36 €
Equipamento	357 651,93 €
Outros	1 282,18 €
Total	724 998,16 €

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Designação	Empréstimos Bancários Obtidos	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Não corrente	12.966.761,32 €	14.388.206,97 €
Passivo corrente	2.770.368,60 €	2.612.554,57 €
Total	15.737.129,92 €	17.000.761,54 €

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Q8.2 – Propriedades de investimento-Modelo do custo

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais	318 325,47 €								318 325,47 €			
Edifícios e outras construções	339 490,85 €			- 10 820,54 €					328 670,31 €			
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimentos em curso												
Total	657 816,32 €			- 10 820,54 €					646 995,78 €			

Foram reclassificados de acordo com a NCP 8, para esta conta os seguintes bens:

- Casa dos Magistrados 1, 2, 3 e 4, infraestrutura que se encontra no Largo Gaspar Moreira, terrenos que se encontram na Bolsa de Terras, arrendamento rural, entre outras.

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Q10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	13.241.140,74 €		13.241.140,74 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	382.895,07 €		382.895,07 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	13.624.035,81 €		13.624.035,81 €

Tal como já referido em pontos anteriores, foram registados em Inventários as empreitadas que acima se encontram identificadas, uma vez que de acordo com a NCP 5 não se enquadram no âmbito da definição de ativo fixo tangível.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Santa Maria da Feira, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 1.579.401,64€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para outros processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Santa Maria da Feira, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Q15.1 – Provisões

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	983 192,32 €	746 225,76 €			746 225,76 €			150 016,44 €	150 016,44 €	1 579 401,64 €
Total	983 192,32 €	746 225,76 €			746 225,76 €			150 016,44 €	150 016,44 €	1 579 401,64 €

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

A 23 de fevereiro de 2021 foi formalmente concretizado o processo de transformação da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira S.A. em Empresa Municipal, com o registo na conservatória, por força da alteração da composição do capital social, decorrente da deliberação da redução de capital.

O Covid19 que surgiu no início de 2020, continua a afetar o normal funcionamento das atividades quer da empresa Municipal Feira Viva, quer na Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira. Resulta desta situação a difícil tarefa de quantificar os possíveis efeitos e respetivos danos no decurso do ano 2021 e seguintes. Esta situação levou ao encerramento dos equipamentos, atividades e eventos, importantes geradores de receitas para as entidades, com impacto significativo quer para as empresas quer para o país.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Descrevemos abaixo os ajustamentos de consolidação considerados:

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos Investimentos Financeiros relativamente à participação financeira no Feira Viva	51	564.488,43 €	41	564.488,43 €
	53	377.742,40 €	415	377.742,40 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos subsídios atribuídos no exercício à Feira Viva	75	2.836.633,00 €	60	2.836.633,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação da faturação entre Município e Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	70	144,00 €	68	144,00 €
	72	13.120,00 €	62	13.120,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação da faturação entre Feira Viva e Sociedade de Turismo de Santa Maria da FEira	78	15.500,00 €	62	15.500,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação de saldo da Conta corrente Município do Feira Viva	56	240,00 €	278	240,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação de saldo da Conta corrente Municipioda STSMF	56	362.483,82 €	278	362.483,82 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação do registo do terreno e do equipamento do Pavilhão da Lavandeira e consequente eliminação das amortizações	43	498,81 €	56	121.598,48 €
	43	121.099,67 €		
	56	1.515.010,73 €	43	574.410,73 €
	438	18.812,00 €	43	940.600,00 €
	64	2.421,99 €	438	2.421,99 €
	56	116.255,62 €	438	116.255,62 €
	438	150.496,00 €	56	150.496,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP dos exercícios anteriores e do próprio exercício 2020 (Feira Viva)	41	56 462,30 €	56	12 098,83 €
			57	44 363,47 €
	78	826,32 €	41	826,32 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do proveito referente ao subsídios ao investimento (anos anteriores)	56	214 478,50 €	59	214 478,50 €
	59	214 478,50 €	56	214 478,50 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP dos exercícios anteriores (STSMF)	41	334 000,00 €	56	14 403,47 €
			57	319 596,53 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação do valor inicial - capital e prestações suplementares (STSMF)	51	124 997,12 €	41.1	334 000,00 €
	53	628 984,08 €	41.5	419 984,08 €
	56	2,88 €		

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Imputação de Interesses que não controlam	51	602,88 €	56	4 531,13 €
	53	38 015,92 €	Inc RL IntMin	714,87 €
	55	29,99 €		
	58	1 412,55 €		
	Interesses que não controlam	5 243,13 €	Interesses que não controlam	40 058,47 €

Nota 23 – Outras divulgações

O Município de Santa Maria da Feira, tem consciência da importância dos procedimentos ainda a realizar no âmbito da implementação, validação dos ajustamentos de transição para o SNC-AP, de forma a garantir a integralidade e rigor do processo.

Deste modo, continuará a exercer todos os esforços tendo sempre consciência da complexidade e dimensão das operações a realizar.

23.1 Remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

Remunerações atribuídas em 2020	NIPC	Valor
Município de Santa Maria da Feira	501.157.280	
Órgão Executivo		297.891,40 €
Órgão de Fiscalização (G. Castro, R. Silva, A. Dias & F.Amorim, Sroc, LDA)		15.000,00 €
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,	505.520.151	
Órgão Executivo		- €
Órgão de Fiscalização (Ângelo Couto & Carlos Ribeiro SROC)		4.960,00 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	504.134.353	
Órgão Executivo		37.992,54 €
Órgão de Fiscalização (António Magalhães & Carlos Santos)		2.500,00 €
Energaia-Agencia de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504.454.536	
Órgão Executivo		- €
Órgão de Fiscalização (Paula Saraiva & Manuel Pereira, SROC)		2.100,00 €



23.2 Outras Contas a receber e a pagar

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2020
Saldos a receber	27.493.258,44 €
Clientes, contribuintes e utentes	2.016.209,31 €
Estado e outros entes públicos	75.044,73 €
Outras contas a receber	24.231.750,21 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	823.581,15 €
Diferimentos	346.673,04 €
Saldos a pagar	4.954.971,12 €
Fornecedores	1.285.523,90 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8.900,00 €
Estado e outros entes públicos	271.420,57 €
Credores por subsídios não reembolsáveis	116.116,00 €
Fornecedores de investimentos	34.215,87 €
Outras contas a pagar	3.200.551,40 €
Diferimentos	38.243,38 €

23.3 Rendimentos

Descrição	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	34.323.725,54 €
Vendas	994.928,42 €
Prestação serviços e concessões	5.278.433,30 €
Trabalhos para a própria entidade	2.399.832,03 €
Transferências e subsídios correntes obtidas	22.821.784,91 €
Reversões	561.320,08 €
Outros rendimentos	6.785.788,79 €
Juros e rendimentos similares obtidos	72.029,30 €
total	73.237.842,37 €

23.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	31/12/2020
Subcontratos e parcerias	10.112.965,19 €
Trabalhos especializados	2.523.338,36 €
Publicidade, comunicação e imagem	110.044,08 €
Vigilância e segurança	426.444,56 €
Honorários	283.742,04 €
Comissões	747.504,47 €
Conservação e reparação	335.385,25 €
Outros serviços especializados	336,53 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	87.647,92 €
Livros e documentos técnicos	986,00 €
Material de escritório	52.802,27 €
Artigos para oferta	73.743,95 €
Material de educação, cultura e recreio	68.830,82 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	378.774,17 €
Medicamentos e artigos para a saúde	46,80 €
Outros materiais diversos de consumo	31.870,61 €
Eletricidade	1.252.376,01 €
Combustíveis e lubrificantes	248.243,57 €
Água	351.637,49 €
Deslocações e estadas	53.318,72 €
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1.947,53 €
Rendas e alugueres	711.878,16 €
Comunicação	204.411,27 €
Seguros	249.943,37 €
Contencioso e notariado	40.815,13 €
Despesas de representação dos serviços	4.745,15 €
Limpeza, higiene e conforto	242.179,31 €
Outos serviços	962.545,29 €
total	19.558.504,02 €

23.5 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	31/12/2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	312.531,82 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	37.992,54 €
Remunerações do pessoal	13.444.271,75 €
Benefícios pós-emprego	- €
Indemnizações	10.220,78 €
Encargos sobre remunerações	3.061.593,10 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	180.370,75 €
Gastos de ação social	- €
Outros gastos com o pessoal	809.815,99 €
Outros encargos sociais	368.332,50 €
Total	18.225.129,23 €

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

ANEXOS DOCUMENTAIS

DAS

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Demonstração consolidada do Desempenho Orçamental					
Data			2020		
Rubrica	Recebimentos	TOTAL	Rubrica	Pagamentos	TOTAL
	Saldo de gerência anterior	41.263.693,99 €			
	Operações orçamentais [1]	38.806.438,15 €			
	Restituição do saldo oper. orçamentais	38.806.438,15 €			
	Operações de tesouraria [A]	2.457.255,84 €			
	Receita corrente	63.520.030,33 €		Despesa corrente	40.873.340,07 €
R1	Receita fiscal	30.634.004,98 €	D1	Despesas com o pessoal	15.479.861,41 €
R11	Impostos diretos	30.633.290,10 €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	11.836.664,38 €
R12	Impostos indiretos	714,88 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	174.517,02 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D13	Segurança social	3.468.680,01 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.483.871,06 €	D2	Aquisição de bens e serviços	17.448.084,31 €
R4	Rendimentos de propriedade	2.939.307,51 €	D3	Juros e outros encargos	91.977,22 €
R5	Transferências e subsídios correntes	23.127.456,79 €	D4	Transferências e subsídios correntes	4.113.361,85 €
R51	Transferências correntes	23.099.006,08 €	D41	Transferências correntes	4.113.361,85 €
R511	Administrações Públicas	23.061.330,08 €	D411	Administrações Públicas	2.125.746,99 €
R5111	Administração Central - Estado Português	23.039.010,08 €	D4111	Administração Central - Estado Português	
R5112	Administração Central - Outras entidades	22.320,00 €	D4112	Administração Central - Outras entidades	90.190,50 €
R5113	Segurança Social		D4113	Segurança Social	
R5114	Administração Regional		D4114	Administração Regional	
R5115	Administração Local		D4115	Administração Local	2.035.556,49 €
R512	Exterior - U E	37.676,00 €	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	1.634.890,50 €
R513	Outras		D413	Famílias	352.724,36 €
R52	Subsídios correntes	28.450,71 €	D414	Outras	
R6	Venda de bens e serviços	5.086.469,31 €	D5	Subsídios Correntes	3.039.843,00 €
R7	Outras receitas correntes	248.920,88 €	D6	Outras despesas correntes	700.212,28 €
	Receita de capital	7.170.579,46 €	D7	Despesa de capital	16.303.424,21 €
R8	Venda de bens de investimento	302.679,10 €	D7	Aquisição de bens de capital	14.100.031,94 €
R9	Transferências e subsídios de capital	6.732.800,36 €	D8	Transferências e subsídios de capital	2.203.392,27 €
R91	Transferências de capital	6.881.557,56 €	D81	Transferências de capital	2.203.392,27 €
R911	Administrações Públicas	6.732.800,36 €	D811	Administrações Públicas	1.547.884,32 €
R9111	Administração Central - Estado Português	6.732.800,36 €	D8111	Administração Central - Estado Português	
R9112	Administração Central - Outras entidades		D8112	Administração Central - Outras entidades	
R9113	Segurança Social		D8113	Segurança Social	
R9114	Administração Regional		D8114	Administração Regional	
R9115	Administração Local		D8115	Administração Local	1.547.884,32 €
R912	Exterior - U E		D812	Entidades do Setor não Lucrativo	655.507,95 €
R913	Outras		D813	Famílias	
R92	Subsídios de capital		D814	Outras	
R10	Outras receitas de capital	135.100,00 €	D82	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	13.657,20 €	D9	Outras despesas de capital	
	Receita efetiva [2]	70.704.266,99 €		Despesa efetiva [5]	57.176.764,28 €
	Receita não efetiva [3]			Despesa não efetiva [6]	3.107.450,63 €
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	522.918,83 €
R13	Receita com passivos financeiros		D10	Despesa com passivos financeiros	2.584.531,80 €
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais				
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	109.510.705,14 €		Soma [7] = [5] + [6]	60.284.214,91 €
	Operações de tesouraria [B]	539.585,44 €		Operações de tesouraria [C]	551.804,46 €
				Saldo para a gerência seguinte	51.671.527,05 €
				Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	49.226.490,23 €
				Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	2.445.036,82 €
				Saldo global [2] - [5]	13.527.502,71 €
				Despesa primária	57.084.787,06 €
				Saldo corrente	22.646.690,26 €
				Saldo de capital	-9.132.844,75 €
				Saldo primário	13.619.479,93 €
				Receita total [1] + [2] + [3]	109.510.705,14 €
				Despesa total [5] + [6]	60.284.214,91 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza					
Data			2020		
Rubrica	Recebimentos	TOTAL	Rubrica	Pagamentos	TOTAL
	Receita corrente	29.112.416,18 €		Despesa corrente	28.560.001,38 €
R1	Receita fiscal	22.941.478,14 €	D1	Despesas com o pessoal	364.198,71 €
R11	Impostos diretos	22.941.471,88 €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	339.261,43 €
R12	Impostos indiretos	6,26 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.270,88 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D13	Segurança social	23.666,40 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	435.507,81 €	D2	Aquisição de bens e serviços	19.098.223,81 €
R4	Rendimentos de propriedade	3.384.128,20 €	D3	Juros e outros encargos	513.648,46 €
R5	Transferências e subsídios correntes	7.858,11 €	D4	Transferências e subsídios correntes	5.665.548,84 €
R51	Transferências correntes		D41	Transferências correntes	5.665.548,84 €
R511	Administrações Públicas		D411	Administrações Públicas	5.189.341,33 €
R5111	Administração Central - Estado Português		D4111	Administração Central - Estado Português	
R5112	Administração Central - Outras entidades		D4112	Administração Central - Outras entidades	
R5113	Segurança Social		D4113	Segurança Social	
R5114	Administração Regional		D4114	Administração Regional	
R5115	Administração Local		D4115	Administração Local	5.189.341,33 €
R512	Exterior - U E		D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	472.161,27 €
R513	Outras		D413	Famílias	4.046,24 €
R52	Subsídios correntes		D414	Outras	
R6	Venda de bens e serviços	2.332.612,14 €	D5	Subsídios Correntes	2.863.290,00 €
R7	Outras receitas correntes	10.831,78 €	D6	Outras despesas correntes	55.091,56 €
	Receita de capital	46.704,60 €		Despesa de capital	10.043.963,79 €
R8	Venda de bens de investimento		D7	Aquisição de bens de capital	8.313.771,04 €
R9	Transferências e subsídios de capital	45.000,00 €	D8	Transferências e subsídios de capital	1.730.192,75 €
R91	Transferências de capital	45.000,00 €	D81	Transferências de capital	1.730.192,75 €
R911	Administrações Públicas	45.000,00 €	D811	Administrações Públicas	1.679.192,75 €
R9111	Administração Central - Estado Português	45.000,00 €	D8111	Administração Central - Estado Português	
R9112	Administração Central - Outras entidades		D8112	Administração Central - Outras entidades	
R9113	Segurança Social		D8113	Segurança Social	
R9114	Administração Regional		D8114	Administração Regional	
R9115	Administração Local		D8115	Administração Local	1.679.192,75 €
R912	Exterior - U E		D812	Entidades do Setor não Lucrativo	51.000,00 €
R913	Outras		D813	Famílias	
R92	Subsídios de capital		D814	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D82	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1.704,60 €	D9	Outras despesas de capital	
	Receita efetiva [2]	29.159.120,78 €		Despesa efetiva [5]	38.603.965,17 €
	Receita não efetiva [3]	29.159.120,78 €		Despesa não efetiva [6]	3.107.450,63 €
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros		D10	Despesa com passivos financeiros	14.545.056,82 €
	Receita Total[4] = [1] + [2] + [3]	29.159.120,78 €		Despesa Total [7] = [5] + [6]	41.711.415,80 €

BALANÇO CONSOLIDADO

Referênciação das Contas	Rubricas	31/12/2020	2019 (POCA)
	ATIVO		
	Ativo não corrente	260 793 082,22 €	278 362 137,80 €
=43+453+4553-4593-45953	Ativos fixos tangíveis	234 877 921,42 €	255 364 737,11 €
=42+452+4552-4592-45952	Propriedades de investimento	646 995,78 €	0,00 €
=44+454+4554-4594-45954	Ativos intangíveis	21 461 566,06 €	19 356 878,66 €
=436-43816	Ativos biológicos	80 173,09 €	0,00 €
=4111+4112+4121+4122+4131+4132+ 4444+4544+4554+449+4404+4504+ -27862-	Participações financeiras	3 624 607,05 €	3 640 522,03 €
27953+4113+4123+4133+4142+415- =2741	Outros ativos financeiros	6 583,15 €	
	Ativos por impostos Diferidos	95 235,67 €	
	Ativo corrente	92 965 262,33 €	69 179 905,24 €
=32+33+34+35+36+391-3991	Inventários	13 624 035,81 €	498 612,02 €
=201+205	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	823 581,15 €	
=2111+212+21311+21321+21331+213 41+21391+21411+21421+21491+215+ =2414+2417+24191+242+2433+24342 +243492+2436+244+245+246+249	Cientes, contribuintes e utentes	2 016 209,31 €	2 021 942,79 €
=2081+228+232+23802+23812+23822 +27011+2713+2720+2721+2772+2781 =28111+28191	Estado e outros entes públicos	75 044,73 €	988 895,92 €
=11+12+13	Outras contas a receber	24 231 750,21 €	872 773,58 €
	Diferimentos	346 673,04 €	23 498 122,56 €
	Caixa e depósitos	51 847 968,08 €	41 299 558,37 €
	Total Ativo	353 758 344,55 €	347 542 043,04 €
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
	Património Líquido	328 951 464,58 €	265 883 641,51 €
=51	Património/Capital	88 151 833,25 €	87 911 690,98 €
=53	Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00 €	
=55	Reservas	7 159 345,78 €	33 222 337,13 €
=56	Resultados transitados	135 345 872,23 €	131 032 721,45 €
=57	Ajustamentos em ativos financeiros	-10 141,66 €	
=58	Excedentes de revalorização	292 271,46 €	
=59	Outras variações no património líquido	85 228 549,03 €	
=818	Resultado líquido do período	12 748 919,15 €	13 716 891,95 €
	Interesses que não controlam	34 815,34 €	
	Total Património Líquido	328 951 464,58 €	265 883 641,51 €
	PASSIVO		
	Passivo não corrente	17 081 540,25 €	14 408 294,63 €
=29	Provisões	1 579 401,64 €	983 192,32 €
=20422+251122+2513122+2513222+2 51222+2512422+2512522+2512622+ =27111+2712+27161	Financiamentos obtidos	12 966 761,32 €	13 348 369,42 €
=2742	Fornecedores de investimentos	0,00 €	
=237+27832+2789212+2789292+2771 2	Passivos por impostos diferidos	99 069,02 €	
	Outras contas a pagar	2 436 308,27 €	76 732,89 €
	Passivo corrente	7 725 339,72 €	67 250 106,90 €
=202+206	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	116 116,00 €	
=2211+222+225+2261	Fornecedores	1 285 523,90 €	2 233 138,62 €
=218+276	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	8 900,00 €	266 126,00 €
=2414+2417+24191+242+2433+24342 +243492+2436+244+245+246+249	Estado e outros entes públicos	271 420,57 €	316 247,78 €
=2041+20421+25111+251121+2512+2 51311+2513121+251321+2513221+25 =27111+2712+27161	Financiamentos obtidos	2 770 368,60 €	2 513 625,63 €
=2082+231+23801+23811+23821+272 2+275+27831+2784+2785+2789211+2	Fornecedores de investimentos	34 215,87 €	59 923,73 €
=2821+28221+28231+28232+282391+ 2824011+2824021+2824031+2824041	Outras contas a pagar	3 200 551,40 €	2 486 175,01 €
	Diferimentos	38 243,38 €	59 374 870,13 €
	Total Passivo	24 806 879,97 €	81 658 401,53 €
	Total Património Líquido e Passivo	353 758 344,55 €	347 542 043,04 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Referênciação das Contas	Rubricas	Notas	31/12/2020	2019 (POCAL)
=70	Impostos, contribuições e taxas		34 323 725,54 €	32 895 432,86 €
=71	Vendas		994 928,42 €	92 351,23 €
=72	Prestações de serviços e concessões		5 278 433,30 €	12 860 222,39 €
=75	Transferências e subsídios correntes obtidos		22 821 784,91 €	22 713 177,21 €
=785+7921-685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		5 113,77 €	
=74	Trabalhos para a própria entidade		2 399 832,03 €	1 804 158,21 €
=61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 964 992,02 €	-1 324 545,50 €
=62	Fornecimentos e serviços externos		-19 558 504,02 €	-23 146 098,52 €
=63	Gastos com pessoal		-18 225 129,23 €	-17 657 616,03 €
=60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos		-6 264 339,11 €	-3 671 144,62 €
=651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		12 845,72 €	
=67-763	Provisões (aumentos/reduções)		-596 209,32 €	-899 073,56 €
=6532+657+658-7623-7627-7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-55,19 €	
=78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos		6 780 675,02 €	3 791 637,83 €
=68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos		-2 484 666,33 €	-4 513 075,07 €
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		23 523 443,49 €	22 945 426,43 €
=64-761	Gastos/reversões de depreciação e amortização		-10 758 530,47 €	-9 190 887,26 €
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		12 764 913,02 €	13 754 539,17 €
=782+790+791+7922+793+799	Juros e rendimentos similares obtidos		72 029,30 €	84 825,27 €
=682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e gastos similares suportados		-73 032,83 €	-122 472,49 €
	Resultado antes de impostos		12 763 909,49 €	13 716 891,95 €
	Imposto sobre o rendimento		-15 705,21 €	
	Resultado líquido do período		12 748 204,28 €	13 716 891,95 €

Resultado líquido do exercício atribuível a:	
Detentores de capital da entidade-mãe	12 748 919,15
Interesses que não controlam	(714,87)

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DFC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA		
PERÍODO	ANO	
2020/01/01 - 2020/12/31	2020	
	Total	
	Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes		7.270.816,52 €
Recebimentos de contribuintes		8.901.139,09 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		23.099.006,08 €
Recebimentos de utentes		1.240.793,19 €
Pagamentos a fornecedores		-23.323.064,76 €
Pagamentos ao pessoal		-15.247.254,72 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-6.109.395,45 €
=DFC01+DFC02+DFC37+DFC03+DFC04+DFC05+DFC38+DFC39+DFC40	Caixa gerada pelas operações	-4.167.960,05 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-13.332,63 €
Outros recebimentos/pagamentos		19.541.883,88 €
=DFC01+DFC02+DFC37+DFC03+DFC04+DFC05+DFC38+DFC39+DFC40+DFC41+DFC06	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	15.360.591,20 €
	Fluxos de caixa das atividades de investimento	
	Pagamentos respeitantes a:	
	Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-12.395.673,14 €
	Pagamentos - Ativos intangíveis	-267.978,38 €
	Pagamentos - Investimentos financeiros	-624.259,40 €
	Recebimentos provenientes de:	
	Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	341.282,69 €
	Recebimentos - Propriedades de Investimento	2.755.932,06 €
	Recebimentos - Investimentos financeiros	678,49 €
	Recebimentos - Transferências de capital	6.732.800,36 €
=DFC07+DFC08+DFC09+DFC10+DFC11+DFC12+DFC13+DFC14+DFC15+DFC16+DFC17+DFC18+DFC19+DFC20	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-3.457.217,32 €
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
	Recebimentos provenientes de:	
	Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	2.015,92 €
	Recebimentos - Doações	12.737,74 €
	Recebimentos - Outras operações de financiamento	2.613.682,92 €
	Pagamentos respeitantes a:	
	Pagamentos - Financiamentos obtidos	-3.908.501,44 €
	Pagamentos - Juros e gastos similares	-84.539,05 €
=DFC21+DFC22+DFC23+DFC24+DFC25+DFC26+DFC27+DFC28+DFC29+DFC30	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1.364.603,91 €
=DFC02+DFC03+DFC04	Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	10.538.769,97 €
	Efeito das diferenças de câmbio	
	Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	41.309.198,11 €
		51.847.968,08 €
	CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA	
	Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	41.309.198,11 €
=DFC31+DFC32+DFC42+DFC33	Saldo da gerência anterior (SGA)	41.263.693,99 €
	SGA De execução orçamental	38.851.942,27 €
	SGA De operações de tesouraria	2.457.255,84 €
	Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	51.847.968,08 €
=DFC34+DFC35+DFC43+DFC36	Saldo para a gerência seguinte (SGS)	51.847.968,08 €
	SGS De execução orçamental	49.402.931,26 €
	SGS De operações de tesouraria	2.445.036,82 €

DEMONSTRAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais										Total do Patrimônio Líquido		
		Capital / Patrimônio Realizado	Outros instrumentos de capital próprios	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	Interesses que não controlam	Total			
Posição no início do período	(1)	87.911.690,98	0,00	33.222.337,13	131.032.721,45	0,00	0,00	0,00	0,00	13.716.891,95	0,00	265.883.641,51	0,00	265.883.641,51
Alterações no período		-125.000,00												
Primeira adoção do novo referencial contábilístico		0,00		-26.756.080,61	-7.751.649,18	-10.141,66	292.271,46	83.061.167,07		0,00		48.835.567,08	0,00	48.835.567,08
Outras Alterações Reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	240.142,27	0,00	693.089,26	12.064.799,95	0,00	0,00	2.167.381,96		-13.716.891,95		1.448.521,49	34.815,34	1.483.335,83
Resultado Líquido do Período	(3)	240.142,27	0,00	-26.062.991,35	4.313.150,77	-10.141,66	292.271,46	85.228.549,03		-13.716.891,95		50.284.088,57	34.815,34	50.318.902,91
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)											12.748.919,15	0,00	12.748.919,15
Posição no fim do período	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	88.151.833,25	0,00	7.159.345,78	135.345.872,22	-10.141,66	292.271,46	85.228.549,03		12.748.919,15		328.916.649,24	34.815,34	328.951.464,58



santa maria da feira câmara municipal

Rua de Goim – Romariz • Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge
Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos • Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos • **Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão**
Requalificação Rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas • **Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães** • Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas • **Requalificação Urbana – Paços de Brandão** • Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos • **Requalificação Urbana da Área Central de Fiães** • Requalificação Urbana da Área Central de Lourosa • **Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão** • Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras • **Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros** • Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver • **Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana** • Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas • **Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão** • Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **Requalificação de Centros Urbanos** • Requalificação da Rua de Goim – Romariz • **Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge** • Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 – Fornos • **Requalificação da Alameda Alfredo Henriques – Mozelos** • Requalificação Urbana da Rua do Mourão – Rio Meão • **Requalificação rotundas da Rua da Ribeirinha – Santa Maria de Lamas** • Requalificação da Rua Coelho e Castro – Fiães • **Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha – Santa Maria de Lamas** • Requalificação Urbana – Paços de Brandão • **Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fornos**
Requalificação Urbana da Área Central de Fiães • **Requalificação Urbana da área Central de Lourosa** • Pavimentação Urbanização das Penas – Paços de Brandão
Requalificação de Rotundas em Romariz – Rotunda do Chapa, Rotunda Rua da Serra e Rotunda Rua das Lameiras • Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros
Ciclovia – Av. Doutor Francisco Sá Carneiro – São João de Ver • Reabilitação da Avenida do Corgo – Arrifana • Requalificação da Praceta Rosa Amorim – Santa Maria de Lamas
Requalificação de arruamentos em Paços de Brandão • Requalificação separador EN1 – Rua Terras de Santa Maria – Arrifana • **Arranjo paisagístico da Rotunda do Hospital – Santa Maria da Feira** • **30 milhões de investimento** • **Requalificação da Rua de Goim – Romariz** • Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge